A face judaico-templária da Maçonaria.

Na obra "Antigas Letras", o Grão-Mestre Leon Zeldis 33º, da Maçonaria de Israel (The Grand Lodge of the State of Israel), chama a atenção para o facto de que os textos religiosos hebraicos onde aparecem os nomes divinos de D'us não são destruídos quando envelhecem, mas enterrados ou guardados num lugar especial da sinagoga conhecido como guenizá. Diz a tradição judaica que qualquer fragmento de um texto sagrado que contiver o nome do Criador deve ser enterrado de acordo com determinados rituais. Entretanto, com o passar dos séculos e em função das perseguições sofridas pelos judeus, muitos documentos hebraicos foram apenas escondidos, daí o nome de guenizá (esconderijo), que corresponde em hebraico ao termo lignoz e significa guardar, manter secreto.

Provavelmente, quando os primeiros templários chegaram a Terra Santa comandados por Hugues de Payen, em 1118, quase duas décadas após a conquista de Jerusalém pelos Cruzados (1099), o objectivo real da sua presença não ficaria apenas circunscrito a dar protecção aos peregrinos que se deslocassem a Jerusalém. O grupo de nove nobres franceses oriundos da região de Provença que se estabeleceu na ala leste do palácio do rei Balduíno II, patriarca de Jerusalém, sob o nome de Ordem dos Pobres

Cavaleiros do Templo de Salomão, passou quase dez anos promovendo escavações na área da Mesquita de Al-Aqsa, erguida sobre o local onde existiram dois grandes templos judaicos: o primeiro Templo, construído em 960 antes da Era Comum pelo rei Salomão e destruído por Nabucodonosor, da Babilónia, em 586 a.E.C., e o segundo Templo, reconstruído cinquenta anos depois no mesmo local e que resistiu até 70 da E.C. quando foi arrasado pelas legiões romanas.

No livro "A Chave de Hiram", os autores maçons Christopher Knight e Robert Lomas destacam que os clérigos que acompanhavam os cavaleiros templários eram "todos capazes de ler e escrever em muitas línguas e eram famosos pelas suas habilidades em criar e decifrar códigos". E transcrevem um comentário do historiador francês Gaetan Delaforge sobre os reais motivos dos templários: "A verdadeira tarefa dos nove cavaleiros era realizar uma pesquisa na área para recuperar certas relíquias e manuscritos que continham a essência das tradições secretas do Judaísmo e do Antigo Egipto, algumas das quais provavelmente datavam do tempo de Moisés" (The Templar Tradition in the Age of Aquarius).

Uma Ordem acima de reis e rainhas

Legitimada pelo papa Honório II em 31 de Janeiro de 1128, a Ordem do Templo ganhou estatuto, regras e um comandante: o Grão-Mestre Hugh de Payens. Havia mais de 600 artigos no estatuto dos templários, segundo o historiador inglês Piers Paul Read, autor de "Os Templários", sendo que a regra 325 relacionava-se com o uso de luvas de couro, que era consentido apenas aos capelães e aos pedreiros construtores de santuários e fortalezas. Mas, "em nenhum lugar havia qualquer menção a peregrinos ou à sua protecção, aparentemente ignorando a única razão para a criação desta Ordem" (A Chave de Hiram). O papa seguinte, Inocêncio II, através da bula "Omne datum optimum" (1139), estabelece privilégios que tornam a instituição independente de toda interferência de

autoridades políticas e religiosas. Segundo a encíclica, os templários só deviam obediência ao Papa.

Durante os próximos 200 anos a Ordem do Templo cresce e expande-se em poder e riqueza, recebendo doações em dinheiro e propriedades na Europa. De acordo com os investigadores históricos ingleses, Michael Baigent e Richard Leigh, que pesquisaram a herança templária no surgir da Maçonaria, "em meados do século 12, a Ordem do Templo já tinha começado a estabelecer-se como a mais poderosa e rica instituição isolada em toda a Cristandade, com excepção do Papado, com frotas de navios, territórios extensos e ligações secretas com líderes sarracenos" (O Templo e a Loja). Estes mesmos autores e mais Henry Lincoln ainda afirmam que coube aos templários criar e estabelecer a moderna instituição bancária. "Através de empréstimos de vastas somas a monarcas necessitados, tornaram-se os banqueiros de todos os tronos da Europa" (O Santo Graal e a Linhagem Sagrada).

Com a perda de Jerusalém para os muçulmanos em 1291, a Ordem do Templo transfere-se para Chipre. A ilha tinha sido conquistada pelo rei Jaime I (Coração de Leão), da Inglaterra, em 1191, e vendida, anos depois, para os templários. Em 1312, a Ordem é oficialmente extinta por um decreto papal emitido por Clemente V, sem que um veredicto conclusivo de culpa tenha sido pronunciado. Através da bula Vox in excelso o Papa extingue a Ordem do Templo "proibindo estritamente qualquer um de conjecturar em entrar para a referida Ordem no futuro, ou de receber ou usar o seu hábito, ou de agir como um templário" (Os Templários). Em bula subsequente, a Ad Providam, todos os bens e propriedade dos templários são transferidos para a Ordem dos Hospitalários, uma instituição similar a dos templários, que também funcionava na Terra Santa.

Em França, por ordem do rei Filipe IV, o Belo, os templários são perseguidos, presos e torturados. A Inquisição também se alastra por toda a Europa. As acusações concentram-se em supostas heresias e rituais

praticados pelos membros da Ordem. O seu Grão-Mestre, Jacques de Molay, é queimado até a morte, na Ile de la Cité, no Sena, em 1314.

Estado templário preocupava a Igreja

Setecentos anos depois destes acontecimentos, dúvidas ainda persistem sobre a verdadeira natureza da Ordem e de seus cavaleiros. Seriam eles guardiões de um conhecimento secreto adquirido na Terra Santa em contacto com outras culturas ou mesmo oriundo de documentos sobre as origens do Cristianismo descobertos nas escavações? Para Baigent e Leigh, o impacto de antigas formas de pensamento cristão, não Paulinas, podem ter influenciado as actividades da Ordem no seu projecto para a criação de um Estado Templário e na sua política de reconciliar o Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo. “Os templários não negociavam apenas dinheiro, mas pensamentos também. Através do seu contacto com as culturas muçulmana e judaica, começaram a actuar como introdutores de novas ideias, novas dimensões do conhecimento, novas ciências” (O Santo Graal...).

A pesquisadora da Biblioteca do Vaticano, Bárbara Frale, em artigo publicado no “L’Osservatore Romano” (21.08.2008), jornal oficial da Santa Sé, afirma que os documentos originais do processo contra os templários, encontrados no Arquivo Secreto do Vaticano, demonstram que foram infundadas as acusações de que os cavaleiros praticavam em segredo ritos pagãos e tinham abandonado a fé cristã. De acordo com a autora, os templários não eram hereges e o que se descobriu nas actas conservadas no Vaticano é que “a disciplina primitiva do Templo e o seu espírito autêntico se tinha corrompido com o passar do tempo, deixando a porta aberta para a difusão de maus costumes” (Revelações do Arquivo Secreto do Vaticano: templários não foram hereges, no portal Zenit).

Aí caberia a indagação: quais seriam os “maus costumes”, segundo a avaliação da pesquisadora, adquiridos pelos templários? No mesmo artigo, Frale reconhece que “ainda

há verdadeiramente muito que investigar” e adianta que o estudo da espiritualidade desta antiga ordem religiosa dará à cultura contemporânea novos motivos de discussão.

Escócia: refúgio dos templários e berço dos maçons

Da extinção oficial da Ordem até a fundação da primeira grande Loja Maçónica em Londres (1717), a trinca de autores do “Santo Graal e a Linhagem Sagrada” registra que os templários ingleses e franceses encontraram refúgio na Escócia (país que ignorou a bula papal), e muitos deles também se integraram em outras Ordens e sociedades secretas na Alemanha, Espanha e Portugal. Conta-se que em 1689, na batalha de Killiecrankie, na Escócia, um dos aliados do rei Jaime II da Inglaterra, John Claverhouse, visconde de Dundee, estava usando uma antiga vestimenta da Ordem do Templo, de antes de 1307, quando foi morto na luta. A referência ao facto foi publicada no jornal da primeira Loja de Pesquisas Maçónicas do Reino Unido (Quatuor Coronati), em 1920: “Lorde Dundee perdeu a sua vida como líder do Partido Escocês Stuart. Segundo o testemunho do abade Calmet, ele teria sido Grão-Mestre da Ordem do Templo na Escócia” (O Santo Graal...).

Mas, muito tempo antes, nos meados do século 16, um manuscrito já comprovava a existência dos chamados franco-maçons e a sua subordinação à monarquia dos Stuart, principalmente ao soberano escocês Jaime I (1566-1625), que também foi rei da Inglaterra e da Irlanda. O historiador maçónico, Robert F. Gould, em “The History of Freemasonry”, transcreve o que era exigido dos franco-maçons à época: “... que sejais homens leais ao rei, sem nenhuma traição ou falsidade e que não tolerais qualquer traição ou falsidade, tratando de combatê-las ou notificá-las ao rei”. Segundo definição de um ilustre estudioso Maçom José Maria Ragon (1781-1866), o termo franco-maçom somente se aplicaria àqueles que efectivamente cooperassem na obra de instrução e regeneração da humanidade. Os demais membros de obreiros construtores

e integrantes da corporação de pedreiros seriam denominados simplesmente maçons.

Observa-se que a Grande Loja da Inglaterra, criada para centralizar a franco-maçonaria inglesa e que se constituiu no marco oficial da imagem pública da Maçonaria, foi instituída em 24 de Junho de 1717, data emblemática para os templários e que lembra o nascimento de João, o Batista. A devoção a essa figura histórica é um dos elos que ligam os franco-maçons aos templários. Segundo o "Dicionário de Maçonaria", de Joaquim Gervásio de Figueiredo 33.º, João Batista é o patrono da Maçonaria e todas as lojas maçónicas simbólicas são intituladas Lojas de São João.

A tradição judaica dos essénios

Preso e decapitado em 32 da e.C. por ordem de Herodes Antipas, governador da Galiléia, Yochanan ben Ezequiel (nome hebraico de João Batista) provavelmente era membro da seita dos essénios, uma comunidade judaica que existiu durante os dois últimos séculos da era do Segundo Templo (150 antes da E.C. a 70 da E.C.). Historiadores judeus do século I, Flávio Josefo e Philo de Alexandria, registraram a presença deste grupo ascético, que praticava um Judaísmo ultra-ortodoxo, com jejuns frequentes e banhos rituais diários, e que habitava o deserto da Judeia, entre Jericó e Ein Guedi.

A partir de 1947, e até 1956, com a descoberta dos pergaminhos nas cavernas de Qumran (os manuscritos do Mar Morto), a tese de que os essénios eram os seus autores ganhou força entre estudiosos e peritos de várias nacionalidades. Segundo Leon Zeldis 33º, os iniciados da comunidade de Qumran, cujas idades variavam entre 25 e 50 anos, aprendiam a "amar a justiça e ter aversão à maldade". Consideravam-se herdeiros dos reis sacerdotes, simbolizados por Salomão (do hebraico Shlomo, que deriva da palavra Shalom-paz) e Melquizedek (do hebraico Malki-Tzadik, rei justo), rei de Salem (a actual Jerusalém), à época de Abraão. Alguns dos seus membros, como João, o Batista, faziam votos de nazáreos – do hebraico "nazir" que

corresponde a “separado” ou “consagrado”. Os autores do livro “A Chave de Hiram” acreditam que “a voz que clama no deserto” poderia ser a de João Batista “que viveu uma vida dura no deserto, de rectidão qumraniana, comendo apenas os alimentos permitidos, usando um cinturão de couro e uma túnica de pelo de camelo”.

Na obra “Os Manuscritos do Mar Morto”, o professor e doutor em teologia Geza Vermes destaca que os membros da seita se consideravam “o verdadeiro Israel”, fiéis representantes das autênticas tradições religiosas. Os sacerdotes, chamados de “filhos de ZadoK” (o sacerdote da Casa de David), constituíam-se na autoridade máxima da comunidade. A hierarquia era rigorosa. Cada membro era inscrito na “ordem do seu grau”. O mais alto cargo recaía na pessoa do Guardião, conhecido também como “Mestre” (maskil, em hebraico). Eram também instruídos a reconhecer “um filho da Luz” de um “filho das Trevas”. Na lista de infracções e das suas penas correspondentes, o pecado mais grave que demandaria em imediata expulsão da congregação seria qualquer tipo de transgressão, por acto ou omissão, às directrizes da Lei de Moisés.

Em um dos manuscritos – o Preceito do Messianismo – é especificado que somente a partir dos 30 anos os homens eram tidos como maduros, podendo participar das assembleias, de casos em tribunais e tomar assento nos altos escalões da seita. O neófito vindo de fora que se arrependia do seu “caminho de corrupção”, iniciava-se “no juramento da Aliança” no dia em que conversava com o Guardião, mas nenhum estatuto da seita deveria ser divulgado a ele. Na avaliação do professor Geza Vermes, o retrato que assoma da leitura dos manuscritos em relação às ideias e aos ideais religiosos dos essénios é uma observância fanática à Lei de Moisés. No campo político, os essénios eram frontalmente contra a dinastia de Herodes e o domínio dos romanos sobre a Terra Santa.

Livros secretos de Moisés

Dizimada pelos romanos em 66-70 da E.C., a comunidade de Qumram pode ter enterrado a sua história, os seus

segredos e a sua tradição secreta ligada a Moisés em algum lugar do templo de Jerusalém, seguindo a prática judaica de não destruir documentos sagrados (a cidade de Jerusalém fica a 40 minutos de carro de Qumram). Na obra "A Chave do Hiram", os autores aventam a hipótese destes manuscritos terem sido descobertos pelos templários, no século 12, em função das sigilosas escavações realizadas no local por mais de uma década. No livro "A Odisseia dos Essénios", o historiador britânico Hugh Schonfield faz referência aos livros secretos que Moisés teria dado a Josué para que ele os mantivesse ocultos "até os dias de arrependimento".

No livro do escritor francês Michel Lamy – Os Templários, esses senhores de Mantos Brancos / 1997 – é lembrado o interesse do abade Estevão Harding, amigo e mentor de Bernardo de Clairvaux (incentivador da criação da Ordem dos Templários e autor das suas regras), por textos hebraicos. O abade procurava a ajuda de rabinos nas suas traduções do hebraico dos livros do Velho Testamento. Para Lamy, este intenso interesse por textos hebraicos demonstram a crença na existência de um tesouro oculto enterrado sob o monte do Templo e algum tipo de relação com o lugar que mais tarde se tornou a moradia dos templários. O historiador Piers Paul Read também destaca que uma das primeiras traduções encomendadas pelos templários na Terra Santa foi a do "Livro dos Juízes", do Velho Testamento. "Havia uma íntima e inquestionável identificação dos cristãos da Palestina com os israelitas de antigamente" (Os Templários).

Erguido pelo rei Salomão para abrigar a "Arca da Aliança" – relicário das palavras divinas a Moisés no deserto – , o grande Templo de Jerusalém concentrava nesse local toda a sua santidade. Construído sobre o Monte Moriá, o aposento onde ficava a arca sagrada era o lugar mais recôndito do Templo, chamado de "o Sagrados dos Sagrados" (Kodesh há-Kodashim), recinto cuja santidade era tal que somente o grande sacerdote (Cohen Gadol, em hebraico) tinha permissão de lá entrar, uma única vez

durante o ano, no Dia do Perdão – Yom Kipur (Revista Morashá).

A adopção pelos templários e maçons desta simbologia estruturada nos mistérios e segredos que se iniciam com Abraão, tem o seu ápice em Moisés, perpetua-se com a construção do Primeiro Templo por Salomão e sofre transmutações generalizadas a partir dos primórdios da Era Comum, após a destruição da comunidade de Qumram, ainda permanece envolta em véus na sua nascente e tem-se mostrado um desafio para a Igreja Católica. De igual forma, a imensa quantidade de publicações, teorias e suposições a respeito do tema ainda não produziu uma resposta diferente daquela que anima e justifica o trabalho da maioria dos pesquisadores: a da “busca pela verdade” .

Os guardiões da Aliança

Em “As Intrigas em torno dos Manuscritos do Mar Morto”, o leitor acompanha a trajectória dos manuscritos, desde as primeiras descobertas no deserto da Judeia, em 1947, durante o mandato britânico na Palestina, até o início da década de 1990, quando o conteúdo de muitos documentos ainda não tinha sido divulgado. A batalha para o livre acesso e publicação de mais de 800 manuscritos por parte de inúmeros pesquisadores de renome mundial é relatada por Michael Baigent e Richard Leigh que culpam a chamada “equipe internacional” comandada pelo padre Roland de Vaux, da École Biblique de Jerusalém, de manter por longo tempo o monopólio sobre os manuscritos. A polémica estendeu-se até à imprensa através das páginas do influente jornal americano New York Times que em editorial publicado em 9 de Julho de 1989 criticou a morosidade das pesquisas, observando que “passados 40 anos, um círculo de estudiosos indolentes continua esticando o trabalho, enquanto o mundo espera e as preciosas peças vão se desmanchando em pó”.

Hoje sabemos que os membros da comunidade de Qumram costumavam referir-se a si próprios como “os guardiões da Aliança”. Tal conceito baseia-se essencialmente na grande importância da “Aliança”, que impunha um voto formal de

obediência, total e eterna, à Lei de Moisés. Daí a expressão "Ossei ha-Torá", encontrada num dos pergaminhos, que pode ser traduzida por "Agentes da Lei", expressão talvez que fosse a origem da palavra essénio (As intrigas em torno dos Manuscritos...). Mas, para o pesquisador Robert Eisenman, autor de vários livros sobre os Manuscritos, termos como essénios, zadoques, zanoreanos, zelotes, sicários, ebionitas (os pobres) apontam para um mesmo grupo ou movimento ortodoxo de rigoroso cumprimento da lei mosaica.

No seu estudo "Paulo como herodiano", apresentado na Sociedade de Literatura Bíblica (Society of Biblical Literature), em 1983, Eisenman credita a Paulo (Saulo de Tarso) o papel de agente secreto dos romanos, após ser ameaçado de morte pelos "zelosos da Lei". A partir dos manuscritos e de referências encontradas no Novo Testamento, o pesquisador afirma que a entrada de Paulo em cena mudou o rumo da história. "O que começou como um movimento localizado dentro da estrutura do Judaísmo existente, e cuja influência se restringia aos limites da Terra Santa, transformou-se em algo de uma escala e magnitude que ninguém na época poderia ter previsto. O movimento que estava nas mãos da comunidade de Qumran foi efectivamente convertido em algo que não tinha mais lugar para os seus criadores" (As Intrigas em torno dos Manuscritos...).

Para os autores ingleses de "A Chave de Hiram", Saulo de Tarso não conhecia profundamente os ritos nazoreanos da comunidade de Qumram e a sua simbologia da "ressurreição em vida", cerimónia adoptada pela Maçonaria no seu ritual de 3º Grau. Num dos manuscritos encontrados, denominado "Preceitos da Comunidade", é explicado que ao entrar na comunidade o sectário era elevado a uma "altura eterna" e unido ao "Conselho Eterno" e à "Congregação dos Filhos do Céu" (Geza Vermes, em "Os Manuscritos do Mar Morto").

Outro importante estudioso dos manuscritos, o historiador John Allegro, no seu livro "The Treasure of the Copper

Scroll" que traz a tradução completa do Manuscrito de Cobre, explica que "Qumram" é uma palavra árabe moderna e que no século I da E.C. o local era conhecido como Qimrôn, raiz da palavra hebraica que significa abóbada, arco, portal. O pesquisador também observou a utilização de códigos no Manuscrito de Cobre quando são citados os 64 esconderijos com metais preciosos e manuscritos pertencentes à Comunidade. Detalhe igualmente notado pelo padre J.T. Milik, que fazia parte da equipe internacional que analisou os manuscritos em Jerusalém. O religioso constatou a presença de técnicas de codificação críptica em alguns documentos secretos que continham informações sobre eventos futuros.

Sheila Sacks – Jornalista de Investigação – Rio de Janeiro, Brasil.